

EFICÁCIA DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA INSERÇÃO LABORAL DE EGRESSOS

Francisco Nazareno Matos Ribeiro

Universidade Federal do Ceará– POLEDUC (UFC)
f.nazarenoribeiro@uol.com.br

Wagner Bandeira Andriola

Universidade Federal do Ceará – POLEDUC (UFC)
w_andriola@ufc.br

RESUMO

A educação superior vem ocupando nas últimas décadas, em nosso país, um espaço cada vez mais relevante dentro das políticas educacionais, notadamente no que concerne à qualidade do ensino ofertado, como também, à abertura de possibilidades para a inserção dos seus egressos no mercado de trabalho. Este fato evidencia-se, sobretudo, pela implementação de políticas de expansão, regulação e avaliação da educação superior através do Ministério da Educação. Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar a eficácia da formação universitária através da análise da inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense. Foi aplicado um questionário semi-estruturado para a obtenção dos resultados e construção das análises. Os resultados mostram que houve uma inserção laboral dos egressos após a conclusão do curso e que os egressos demonstram opiniões favoráveis sobre o curso.

Palavras-chave: Formação universitária. Inserção laboral. Egressos.

ABSTRACT

Higher education has occupied in recent decades in our country, an increasingly important space within the educational policies, especially regarding the quality of education offered, as well, opening possibilities for the integration of its graduates in the market job. This fact is evidenced mainly by implementing policies of expansion, regulation and evaluation of higher education through the Ministry of Education. This research aims to verify the effectiveness of university education by analyzing the employability of the students who graduated from the Administration course of the Faculdade Cearense. A semi-structured to obtain the results of the analysis and construction questionnaire was applied. The results show that there was a job placement of graduates after graduation and that graduates demonstrate favorable opinions about the course.

Keywords: University education. Labor insertion. Graduates.



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o governo federal vem através do Ministério da Educação implantando ações e programas em parceria com os setores públicos e privados objetivando ampliar o acesso de estudantes à educação superior. Estas ações buscam não apenas a ampliação de vagas nas instituições de ensino superior e a mera formação acadêmica, mas também a promoção de um ensino significativo, pautado nos princípios da democracia e da igualdade de direitos no que diz respeito à qualificação para a inserção no mercado de trabalho.

Além de promover a formação acadêmica, a instituição de ensino superior deve ser um espaço onde o estudante possa construir sua identidade e sua autonomia, tornando-se um elemento qualificado para inserir-se no mundo do trabalho.

A educação superior tem sido considerada como relevante para o estudante e para o contexto social em que ele está inserido, notadamente no que concerne a abertura de um leque de possibilidades para a inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de buscar uma resposta para a seguinte questão: A eficácia da formação universitária pode ser comprovada através da análise da inserção laboral dos egressos do ensino superior?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar a eficácia da formação universitária através da análise da inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense que se graduaram em 2014.1.

Mas, antes da apresentação dos resultados e da análise dos dados coletados através de pesquisa de campo, faz-se necessária uma reflexão mais apurada sobre as questões ligadas às Políticas de Avaliação e Acompanhamento da Educação Superior no Brasil, à luz da legislação competente, de teóricos e pesquisadores da área.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 Políticas públicas de expansão e democratização da Educação Superior no Brasil

Matéria publicada no site da Universo on Line (Uol) em 21 de abril de 2011, intitulada *Pesquisa sobre população com diploma universitário deixa o Brasil em último lugar*, chama a atenção para dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – divulgados com os créditos da Empresa Brasileira de Notícias (Agência Brasil) – que colocam o Brasil em último lugar, num grupo de 36 países, ao avaliar o percentual de portadores do diploma do ensino superior na faixa etária de 25 a 64 anos. De acordo com esta organização, em 2008, o país possuía apenas 11% dos brasileiros na faixa etária dos 25 aos 64 anos com diploma universitário. Enquanto isso, nesta mesma faixa etária, o Chile possuía 24% e a Rússia 54%. Entre os países da OCDE a média é de 28%. Vale ressaltar que o acesso aos níveis mais elevados da educação deve estar amparado em valores sociais e políticos mais amplos comprometidos com o processo de democratização e justiça social em oposição a critérios estritamente econômicos (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2011).

Sobre este assunto Polidori *et al.* (2011) ressalta que a partir de uma breve análise do panorama socioeconômico nacional constata-se que o Brasil vem sofrendo fortes influências internacionais para a definição de diretrizes políticas, administrativas e financeiras destinadas à educação.

Nos anos 90, sob a influência do Banco Mundial, tornou-se visível a necessidade – expressa nos documentos oficiais – de racionalizar a eficiência do sistema educacional. Foram introduzidos, no caso da Educação Superior, conceitos como avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização. Assim, a denominada modernização administrativa passou a assumir os princípios ideológicos neoliberais marcados por uma visão do eficientismo e do produtivismo oriunda dos anos 60 (POLIDORI *et al.*, 2011).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o ministro da Educação Paulo Renato de Souza apresentou, em 1996, os três pilares de sua política de reforma universitária. O primeiro pilar consistia na implantação da Avaliação Institucional e do Exame Nacional de Cursos (o Provão); o segundo, na Autonomia Universitária; e, o terceiro na Melhoria do Ensino através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência (GED) (POLIDORI, 2009).

No governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) a expansão das políticas públicas voltadas para a Educação Superior tornaram-se mais incisivas e passaram a ocupar um espaço maior na mídia oficial.

Para incrementar o processo de democratização foram lançados vários programas e ações em conjunto com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007. O governo Lula adota uma postura diferenciada em relação à sociedade civil e à comunidade acadêmica através do recebimento de sugestões.

Contrariando as orientações do Banco Mundial e a política de gestão do governo FHC – que via a Educação Superior como um serviço a ser explorado pelo mercado – o governo Lula ratificou este segmento como um bem público mantendo a gratuidade nos estabelecimentos federais. Entretanto, manteve os parâmetros regulatórios do Estado que busca medir os conhecimentos dos alunos em diferentes etapas dos seus respectivos cursos através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE¹) (POLIDORI *et al.*, 2011).

Não se pode deixar de citar, ainda sob a perspectiva da democratização do acesso à Educação Superior, a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Criado em 1999, ainda no governo FHC – e para substituir o sistema de crédito educativo – o FIES tem como objetivo financiar prioritariamente a graduação do ensino superior de estudantes que não têm condições de custear sua formação. Estes estudantes devem estar devidamente cadastrados e serem aprovados pelos critérios do Programa (BRASIL, 2001).

¹ O ENADE é parte integrante do modelo de avaliação instaurado pelo SINAES. Instituído pela Lei 10.861/2004, o SINAES tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes (BRASIL, 2004).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) merece atenção especial nesse processo de democratização do acesso ao ensino superior. Foi criado pela Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004, e finalmente transformado em lei - Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005b).

Este programa tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo parciais e integrais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, para os brasileiros não portadores de diploma de ensino superior. Em contrapartida, o governo federal oferece isenções fiscais às Instituições de Ensino Superior Privadas que aderirem ao Programa (BRASIL, 2005b). O ProUni mantém também uma política de cotas para alunos que se declararem afrodescendentes, indígenas ou portadores de necessidades especiais.

Outra política que tem como principal objetivo ampliar o acesso e contribuir para a permanência na educação superior é o REUNI (O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Através do REUNI o governo criou as condições de possibilidade para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica garantindo a melhoria da oferta da educação superior pública. As ações do REUNI contemplam o aumento de vagas nos cursos noturnos, a ampliação de cursos noturnos, a promoção de ações de inovação pedagógica e o combate à evasão.

2.2 Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior

A preocupação com a Avaliação da Educação Superior vem se intensificando desde o final da década de 1970. Esse processo resultou das mudanças de caráter social, político, econômico e ideológico ocorridas na ordem internacional levando os Estados nacionais e seus respectivos governos a repensarem o papel da educação superior na contemporaneidade, bem como sua relação com o mercado, o mundo do trabalho e as organizações (MENEGHEL; ROBL; SILVA, 2006).

Na década de 1980, a elevação das demandas sociais, a consolidação do setor privado como principal veículo de empregabilidade, as exigências por parte da sociedade de igualdade de oportunidades, além do próprio interesse dos Estados em disseminar o ensino de massa em substituição ao ensino de elite, levaram países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda a formularem propostas para a avaliação da educação superior buscando superar a concepção tradicional (LEITE, 2005; MENEGHEL; ROBL; SILVA, 2006).

Em substituição ao modelo de Estado Controlador, fundado na lógica da classificação e da regulação, é proposto o modelo de Estado Avaliador baseado na lógica da avaliação formativa ou emancipatória.

No Brasil, as discussões acerca da avaliação da educação superior tomaram corpo também a partir dos anos 80, adotando como fio condutor a crítica ao modelo de educação superior instaurado com a reforma universitária de 1968. Mas, é por iniciativa do próprio Estado que surgem as primeiras ações voltadas para a organização de um processo avaliativo. Em 1983, é criado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU); a Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior, em 1985; e, o Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior (GERES), em 1986 (ROTHEN; BARREYRO, 2010).

Em 1993, foi implantado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Conforme ressaltam Meneghel, Robl e Silva (2006), embora tendo a chancela do governo federal, o PAIUB teve suas origens em bases universitárias e possibilitou a abertura para o exercício de práticas avaliativas formativas e emancipatórias nas Instituições de Ensino Superior. Tinha como propósito principal avaliar as IES em três momentos distintos, mas intrínsecos, a saber: avaliação interna, avaliação externa e reavaliação.

Rothen e Barreyro (2010) ressaltam que mesmo antes da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram implementadas reformas na educação superior tais como a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em substituição ao Conselho Federal de Educação, em 1995; e a instituição do Exame

Nacional de Cursos (Provão), em 1996. O Provão constituiu-se no marco inicial de uma política efetiva de avaliação da educação superior com abrangência nacional.

Como complemento ao mecanismo do Provão, o governo instituiu outro mecanismo intitulado Avaliação das Condições de Oferta (ACO), posteriormente substituído pela Avaliação das Condições de Ensino (ACE), com o objetivo de avaliar as Instituições de Ensino Superior. No caso das IES privadas, esse mecanismo de avaliação seria utilizado para fins de credenciamento e credenciamento (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado a partir da Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA), composta por representantes do Ministério da Educação, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Instituições de Ensino Superior.

O SINAES está fundamentado em três grandes pilares. O primeiro é constituído pela Avaliação Institucional. O segundo pela Avaliação de Cursos. E o terceiro pela Avaliação do Desempenho dos Estudantes. Cada uma obedece a uma escala conceitual que varia de 1 a 5.

Em 2008, foram criados dois novos indicadores para avaliação da educação superior: o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), criado pela Portaria Normativa nº 4 de 5 de Agosto de 2008; e o IGC (Índice Geral de Cursos), criado pela Portaria nº 12 de 5 de setembro de 2008.

Fazendo uma reflexão sobre as implicações da criação do CPC e do IGC, podemos concluir com Polidori (2009, p. 448) que:

Esses indicadores, CPC e IGC, buscam concentrar, num *único* momento, informações de um *único* "pilar" do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o ENADE, as informações sobre os cursos e a IES, classificando-os e tendo como resultado um ranqueamento.

Através do crescente aumento de instituições de ensino superior privadas em nosso país, observa-se que o governo brasileiro vem se preocupando não somente com a qualidade do ensino que está sendo ministrado como também com a infraestrutura e a estrutura didático-pedagógica oferecida a esses alunos ao longo de sua formação acadêmica.

Isto posto, torna-se eminente a necessidade de que as instituições de ensino superior privadas desenvolvam um planejamento pedagógico objetivando aprimorar a qualidade do ensino ofertado, atingindo melhores resultados nos indicadores de qualidade da educação superior no Brasil, e, como consequência, garantindo a inserção dos seus egressos no mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

O foco principal desta pesquisa constitui-se na análise do nível de inserção no mercado de trabalho dos egressos do Curso de graduação em Administração, da Faculdade Cearense (FAC).

Foi realizada uma pesquisa documental indireta (ARIBONI; PERITO, 2004), seguida da aplicação de um questionário semi-estruturado com os egressos dos cursos de Administração da Faculdade Cearense que concluíram a graduação em 2014.1.

A pesquisa tem um caráter analítico-descritivo de natureza quali-quantitativa. Considerando a sua natureza, a pesquisa científica pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa, podendo também existir uma pesquisa de natureza híbrida, ou seja, qualiquantitativa.

O Universo desta pesquisa está representado por 86 alunos do curso de Administração da Faculdade Cearense que concluíram a graduação em 2014.1. A escolha deste universo deveu-se a dois fatores: o primeiro, diz respeito ao pesquisador pertencer ao quadro de docentes deste curso; e o segundo, diz respeito à dificuldade de localização e contato com a totalidade dos egressos do curso para a consequente obtenção de informações.

Dentre os 86 alunos concludentes do curso de Administração em 2014.1 foi pesquisada uma amostra de 69 concludentes, representando 80% do universo. A amostra foi definida mediante a facilidade de acesso aos respondentes para a aplicação do questionário.

Os dados foram coletados mediante aplicação de um questionário, com a autorização da Direção da Faculdade Cearense, a aquiescência e a colaboração da

Coordenação do Curso de Administração. Nesta pesquisa, optou-se por um questionário semi-estruturado, que foi aplicado em duas salas de aula, salas ADM82 e ADM106, com estudantes concludentes do 8º semestre, que corresponde ao último semestre para a conclusão da graduação em Administração. Os alunos presentes responderam ao questionário sem a interferência do pesquisador. Após a coleta, os dados foram tabulados e apresentados em forma de gráficos para análise e interpretação dos resultados obtidos.

3.1 O curso de Administração da Faculdade Cearense

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso específico, a saber: a inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense que concluíram a graduação em 2014.1.

A Faculdade Cearense, fundada através da Portaria 2.186, de 22 de julho de 2006, adota como objetivo principal a contribuição para a formação e qualificação de recursos humanos na cidade de Fortaleza, e o curso de Administração foi reconhecido pelo Ministério da Educação, com Conceito 4, pela Portaria 220 de 1º de novembro de 2012.

De acordo com a Dimensão II do Projeto Pedagógico do Curso de Administração da Faculdade Cearense – intitulada Organização Didático-Pedagógica – a profissão de Administrador contratado (aquele que não é o dono do negócio) foi regulamentada no dia 9 de setembro de 1965 pela Lei nº 4.769/65 (BRASIL, 1965) e pelo Decreto 61.934/67 de 22 de setembro de 1967 (BRASIL, 1967).

De acordo com o PPC o curso de Administração da Faculdade Cearense estabelece como missão:

Formar profissionais éticos, empreendedores e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com formação adequada às funções do profissional em Administração de Empresas, que saiba *“aprender a aprender”*, detenha visão sistêmica, conviva com equipes multidisciplinares, produza resultados efetivos e igualitários para as pessoas e empresas e promova ações internas e externas para criar sinergia entre

os recursos organizacionais disponíveis e gerar processos eficazes. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 29).

Objetivando a formação de profissionais proativos, dinâmicos, inovadores, empreendedores, críticos e que pautem sua prática diária nos princípios da consciência ética, política e responsabilidade social o Projeto Pedagógico do Curso de Administração delinea as principais habilidades e competências esperadas dos seus egressos:

- gerenciar empreendimentos públicos, privados ou do terceiro setor, atuando como gestor, assessor, consultor, pesquisador ou empreendedor;
- atuar no planejamento, implantação e gestão de empresas dos diversos segmentos econômicos;
- tomar decisões visando não somente aos resultados para a organização, mas seu impacto e consequência na sociedade;
- atuar de forma crítica, criativa, ética, socialmente responsável e capaz de adaptar-se às novas situações. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 31).

Atualmente, o acompanhamento aos egressos da Faculdade Cearense ocorre mediante a realização de contatos, sobretudo através de correio eletrônico, onde são ofertadas também possibilidades para o ingresso destes nos cursos de pós-graduação da instituição.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos egressos

Inicialmente identificamos que a média de idade dos respondentes é de 28,7 anos. Dentre os 69 respondentes identificam-se 48 pertencentes ao gênero feminino (70% da amostra) e 21 pertencentes ao gênero masculino (30% da amostra). Num primeiro plano observa-se que, nesta amostra em particular, o número de estudantes do gênero feminino que estão concluindo o curso de Administração da Faculdade Cearense é bastante superior ao número de estudantes do gênero masculino.

Em relação ao estado civil dos egressos do curso de Administração observou-se que quarenta e quatro respondentes são solteiros (64%), vinte e um são casados (30%), três são divorciados (4%), e um informou outro tipo de estado civil (2%). Este gráfico permite concluir que a maioria dos egressos é composta por pessoas solteiras.

Em seguida, o Tempo de Permanência no curso por gênero em anos, revelam respectivamente em quantos anos, em média, os estudantes concluem sua graduação possibilitando um comparativo entre os gêneros masculino e feminino.

Percebe-se que a maioria dos respondentes (38%) concluiu o curso no tempo previsto que é de quatro anos ou oito semestres. Já 28% concluíram o curso em cinco anos. 15% concluíram o curso em seis anos e, 17%, em 7 anos. 1% dos respondentes informou ter concluído o curso em 9 anos e o mesmo percentual em 10 anos.

Conforme os dados, o percentual de respondentes do gênero masculino (42,9%) que concluiu o curso em quatro anos supera o percentual de respondentes do gênero feminino (35,4%). Para a conclusão da graduação em cinco anos, o percentual de respondentes do gênero feminino supera o gênero masculino. Dentro da amostra pesquisada 33,3% das mulheres concluíram o curso neste período. Apenas 14,3% dos homens conseguiram concluir o curso na mesma quantidade de tempo.

Para a conclusão do curso em seis anos, os homens (19%) superam as mulheres (12,5%). O mesmo fato ocorre para a conclusão do curso em sete anos, correspondendo a 16,7% das mulheres e 19% dos homens que concluíram o curso nesse intervalo de tempo.

É possível observar também que apenas 2,1% do gênero feminino (uma mulher) concluiu o curso em nove anos e 4,8% do gênero masculino (um homem) concluiu o curso em dez anos.

Observa-se que, tanto em valores absolutos como em percentuais, o número de mulheres solteiras (12) que concluíram o curso em quatro anos supera o número de mulheres casadas (5), correspondendo a 29,4% casadas e 70,6% solteiras.

No que diz respeito às que concluíram o curso em cinco anos, constata-se o mesmo indicador: 62,5% são solteiras (10), enquanto somente 25% (4) são casadas. Percebe-se ainda que apenas 6,3% são divorciadas (1) e 6,3% (1), que informou pertencer a outro estado civil, concluiu o curso nesta quantidade de tempo.

Dentre as respondentes do gênero feminino que concluíram o curso em seis anos, 33,3% são casadas e 66,7% são solteiras.

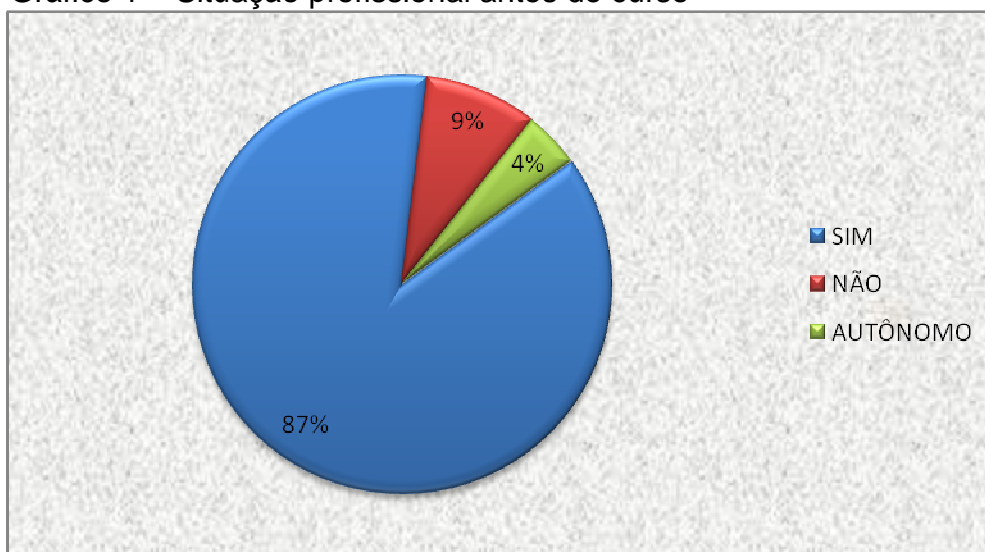
Considerando o tempo de conclusão do curso num período de sete anos é possível observar que as casadas estão em maior número que as solteiras e divorciadas: 62,5% são casadas, 25,5% são solteiras e 12% são divorciadas.

Para a conclusão do curso em nove anos constata-se a existência de apenas uma respondente cujo estado civil informado foi divorciada.

Constata-se que dentre aqueles que concluíram o curso em quatro anos 67% são solteiros e apenas 33% são casados. Estes mesmos percentuais repetem-se dentre aqueles que concluíram o curso em cinco anos. Em seis anos, todos os que concluíram o curso são solteiros. Dentre aqueles que concluíram o curso em sete anos, 25% são casados e 75% são solteiros. Para a conclusão do curso em dez anos foi identificado apenas um respondente que informou ser solteiro.

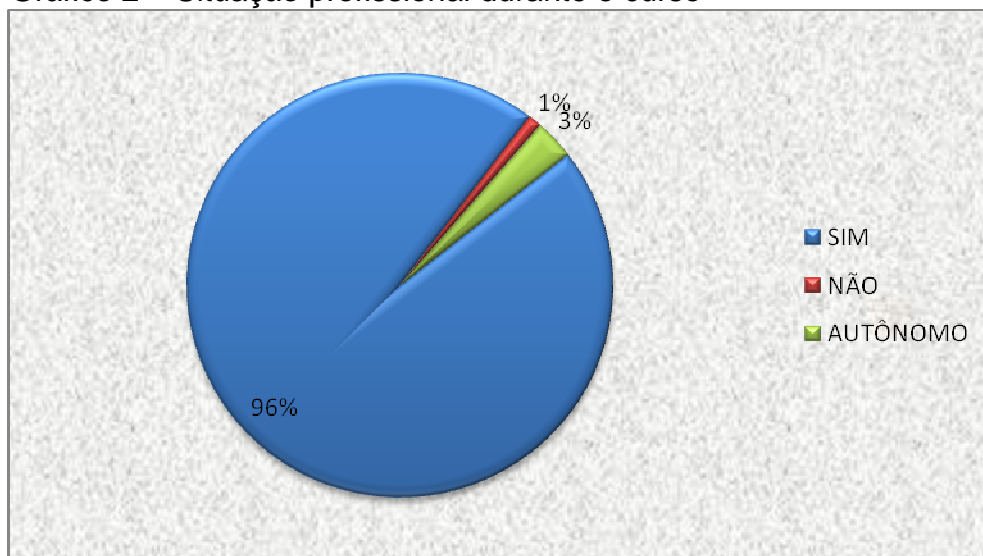
Os Gráficos 1, 2 e 3, na sequência abaixo, permitem uma análise sobre a situação profissional dos respondentes em relação a emprego, antes, durante e após a conclusão do curso.

Gráfico 1 – Situação profissional antes do curso



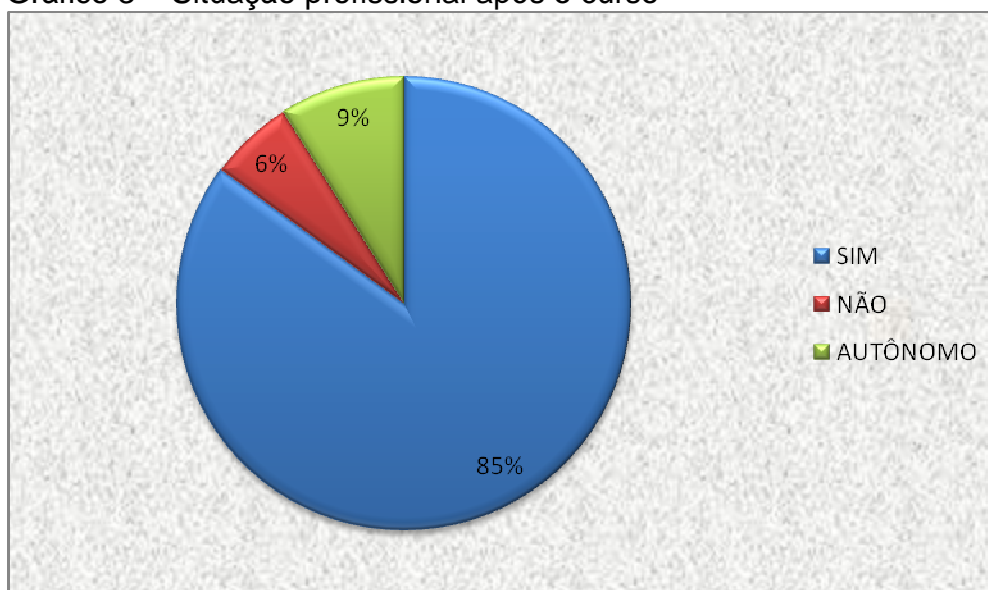
Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 2 – Situação profissional durante o curso



Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 3 – Situação profissional após o curso



Fonte: Pesquisa direta.

Analisando os três gráficos constata-se que o percentual de empregados, dentre os respondentes, antes do curso era de 87%. Durante o curso este percentual atingiu 96% e, após a conclusão do curso, caiu para 85%. Em contrapartida, o percentual de não empregados (leia-se: desempregados) que era de 9% antes do curso decresceu para apenas 1% durante o curso e, após a conclusão do curso, atingiu 6%.

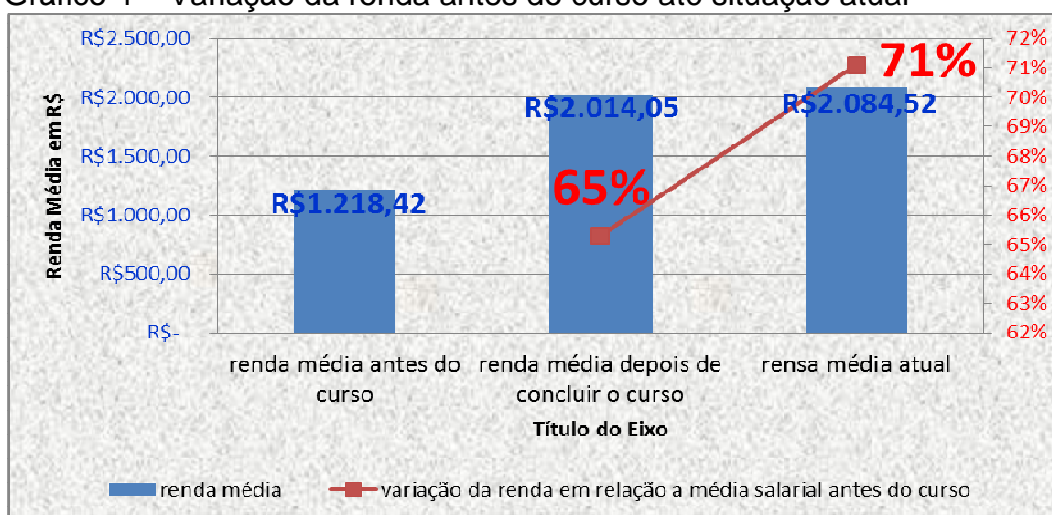
No que concerne ao percentual de autônomos, percebe-se que antes do curso era de 4%. Durante o curso decresceu para 3% e após o curso elevou-se para 9%.

Quanto aos estudantes desempregados, os dados revelam os motivos pelos quais 6% dos respondentes permaneceram desempregados após o final do curso. Constata-se que, dentre os desempregados (6%), 50% dos respondentes optaram por somente estudar e os outros 50% perderam o emprego após o final do curso.

Em relação ao quantitativo de estudantes empregados por gênero, abaixo, é possível identificar o comportamento dos respondentes, por gênero e em relação ao emprego, antes, durante e após o curso. 60,8% das respondentes pertencentes ao gênero feminino encontravam-se empregadas antes do curso (42 mulheres). Durante e após o curso este percentual decresceu para 57,9% (40 mulheres). Já no que se refere aos respondentes do gênero masculino 28,9% encontravam-se empregados (20 homens) antes do curso. Durante o curso este percentual decresceu para 27,5% (19 homens) e, após o curso, decresceu para 26% equivalendo a 18 homens.

No Gráfico 4, a seguir, é possível analisar a variação da renda média dos respondentes antes de ingressarem no curso até a situação atual.

Gráfico 4 – Variação da renda antes do curso até situação atual



Fonte: Pesquisa direta.

Este gráfico permite constatar que a renda média dos respondentes no período de antes de ingressarem no curso até depois de concluírem o curso elevou-se em 65%. E, no período entre a conclusão do curso até a atualidade, elevou-se em seis pontos percentuais, atingindo 71%.

A evolução da renda por gênero ratifica os resultados demonstrados no gráfico anterior revelando que tanto para o gênero masculino como para o gênero feminino houve uma evolução objetiva, em cifras (R\$), da renda individual dos respondentes nos períodos que correspondem a antes do curso, depois do curso e na atualidade.

Quanto ao percentual de elevação da renda média dos estudantes por gênero antes e após o final do curso, evidencia-se que a renda média dos respondentes do gênero feminino evoluiu em 61% no intervalo de tempo que compreende o período anterior ao ingresso no curso até o final do curso. Nesse mesmo período a renda média dos respondentes do gênero masculino evoluiu 72%.

Comparando a evolução da renda média anterior ao ingresso no curso com a renda média atual do gênero feminino atualmente percebe-se que esta evoluiu em 65%. Ou seja, a renda média do gênero feminino evoluiu 4 pontos percentuais entre o início do curso e a situação atual.

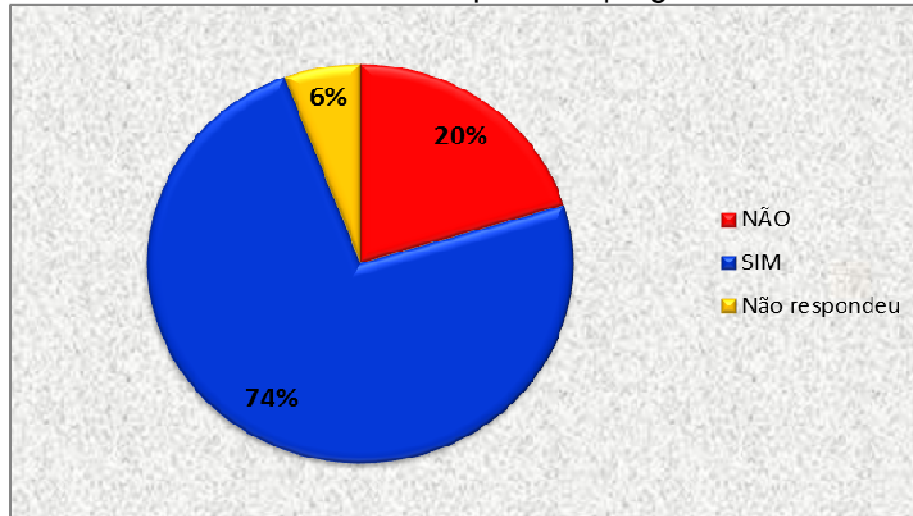
Fazendo também um comparativo da evolução da renda média do gênero masculino no período anterior ao ingresso no curso com a renda média atual percebe-se que esta evoluiu em 83%. Isto quer dizer que a renda média do gênero masculino evoluiu 11 pontos percentuais do período anterior ao ingresso no curso até a situação atual.

4.2 Opiniões dos egressos

O Gráfico 5, abaixo, revela o resultado da opinião dos respondentes acerca da valorização do curso pelos empregadores.

Contata-se claramente que a maioria (74%) dos respondentes considera que o curso é valorizado pelos empregadores. Somente 20% consideram que o curso não é valorizado pelos empregadores e 6% não respondeu.

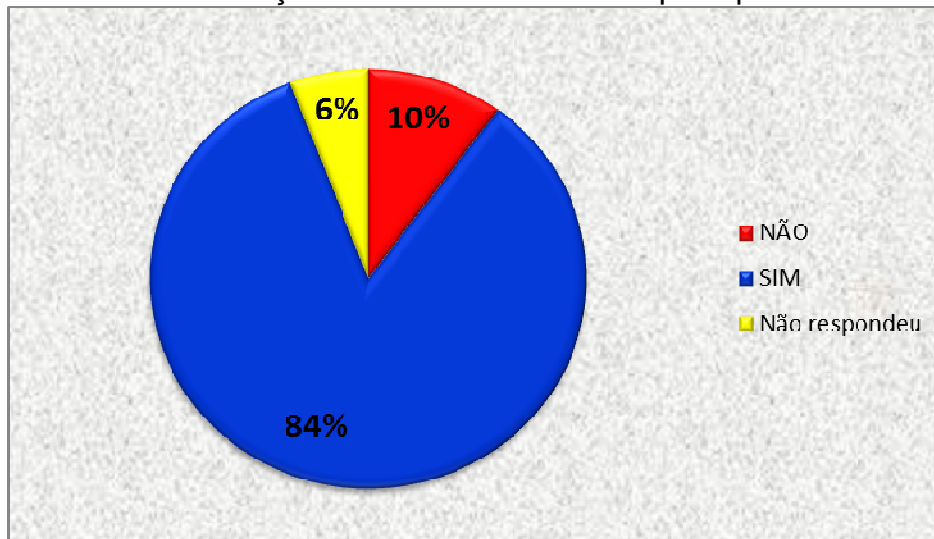
Gráfico 5 – O curso é valorizado pelos empregadores?



Fonte: Pesquisa direta.

No gráfico seguinte, identificam-se os resultados para a investigação sobre a existência de relação entre o curso de Administração e o trabalho dos respondentes.

Gráfico 6 – Há relação do curso com trabalho principal?

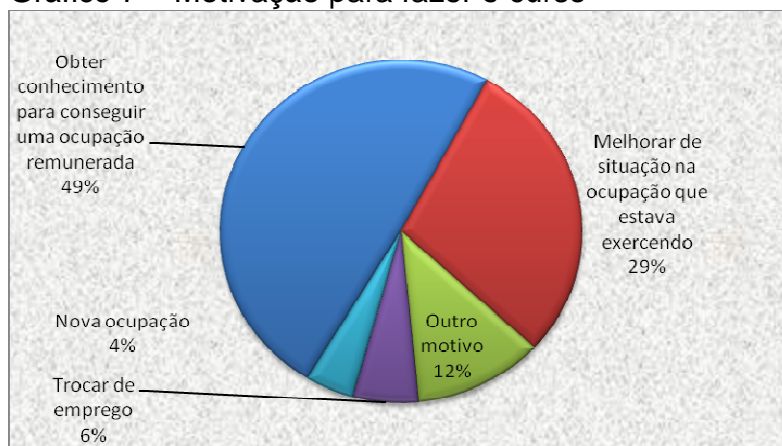


Fonte: Pesquisa direta.

Percebe-se que a maioria dos respondentes (84%) revelou existir relação entre o curso em que se graduaram e o seu trabalho. Dentre estes, apenas 10% revelaram não existir relação entre o curso de graduação e o seu trabalho. 6% não responderam.

O Gráfico a seguir revela os dados coletados acerca motivação para fazer o curso.

Gráfico 7 – Motivação para fazer o curso

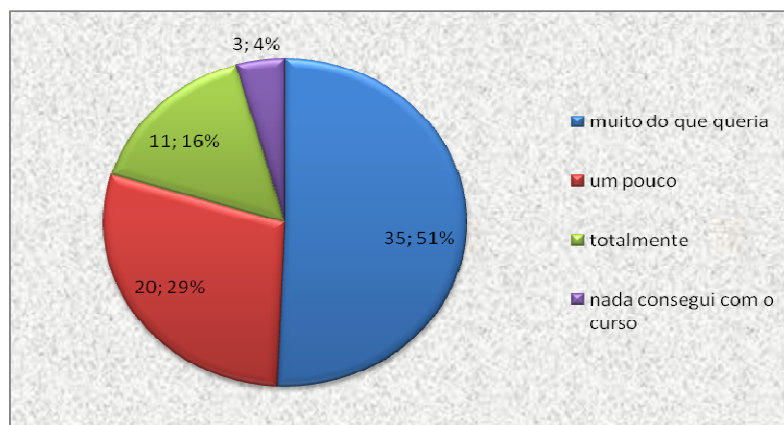


Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se a partir deste gráfico que 49% dos respondentes buscaram o curso de Administração da Faculdade Cearense motivados em obter um conhecimento específico e, como conseqüência, um emprego. 29% buscaram melhorar a situação na ocupação que estava exercendo. Este indicador pode ser entendido tanto como qualificar-se para o trabalho em exercício como melhorar a condição salarial através de uma ascensão funcional. 12% responderam outro motivo. Mas não revelaram qual. O Questionário também não buscava esta informação especificamente. 6% buscaram trocar de emprego e 4% buscaram uma nova ocupação.

O Gráfico seguinte revela a satisfação dos respondentes sobre a obtenção dos seus interesses pessoais.

Gráfico 8 – O curso lhe deu condições para obter o que queria?

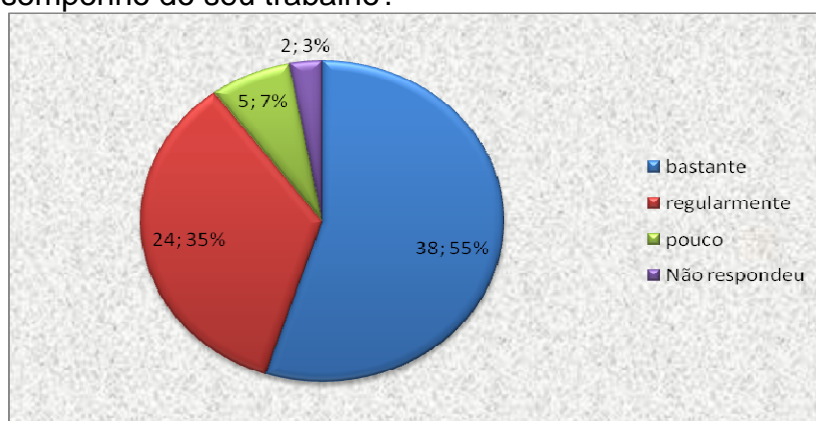


Fonte: Pesquisa direta.

Neste gráfico, percebe-se que 51% dos respondentes afirmaram que o curso lhes proporcionou muito do que queriam. 29% revelaram que o curso lhes proporcionou um pouco do que queriam. 11% afirmaram que o curso lhes proporcionou totalmente o que queriam. E, apenas 4%, afirmaram não ter conseguido nada com o curso.

A seguir, o Gráfico 9 apresenta os resultados para a pergunta: De que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho?

Gráfico 9 – De que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho?

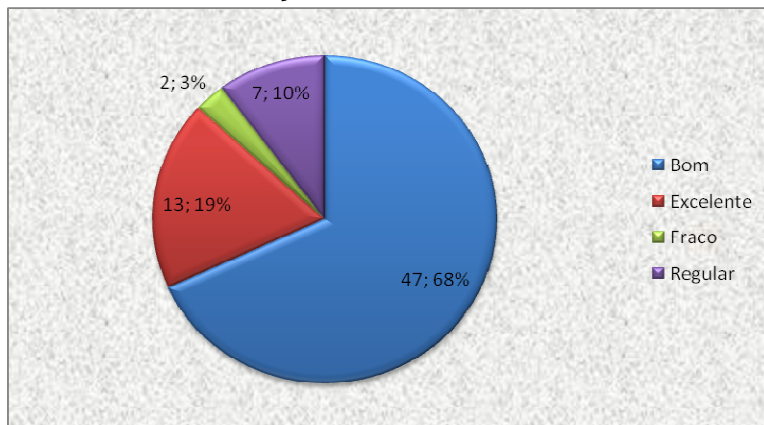


Fonte: Pesquisa direta.

Observa-se, através do gráfico, que 55% dos respondentes consideraram que o curso ajudou bastante no desempenho do seu trabalho. Já 35% consideraram essa ajuda como regular. Dentre os respondentes, 7% consideraram que o curso pouco está ajudando no desempenho do seu trabalho e 3% não responderam a esta questão.

A seguir, o Gráfico 10 demonstra os resultados sobre como os alunos egressos avaliam o curso.

Gráfico 10 – Avaliação do aluno sobre o curso

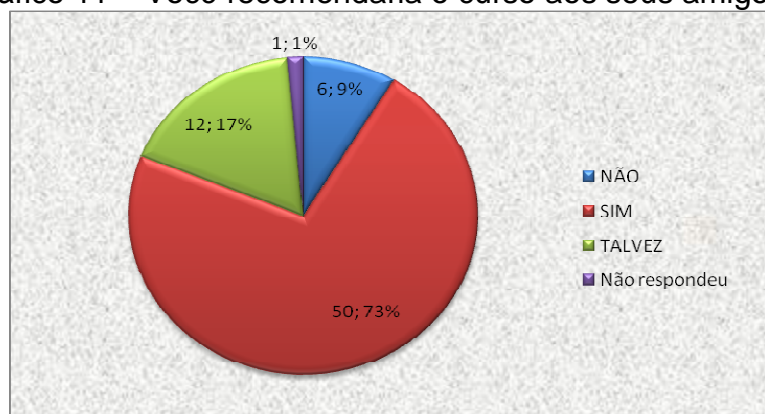


Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se neste gráfico que 68% dos respondentes avaliaram o curso como bom, 19% como excelente, e 10% como regular. Apenas 3% dos respondentes avaliaram o curso como fraco.

O Gráfico abaixo revela os resultados obtidos através da pergunta: Você recomendaria o curso aos seus amigos e familiares?

Gráfico 11 – Você recomendaria o curso aos seus amigos e familiares?



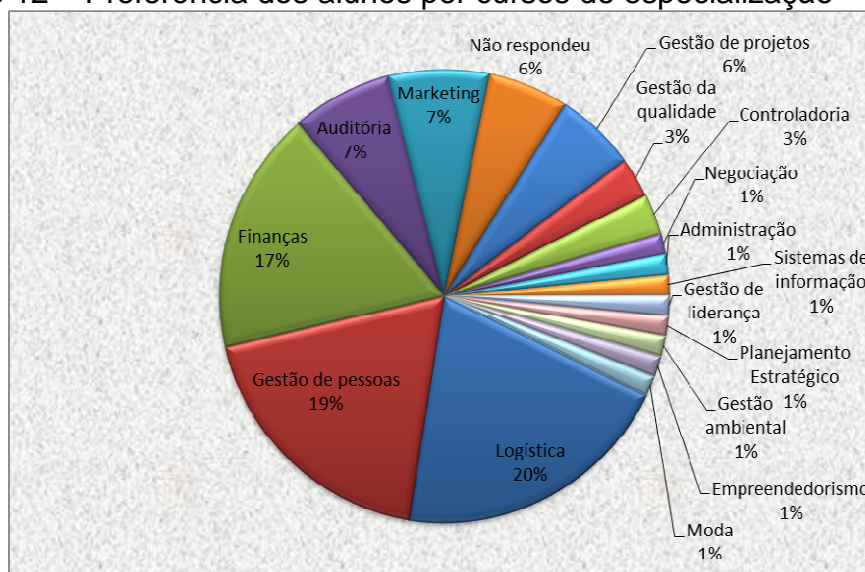
Fonte: Pesquisa direta.

Percebe-se claramente através deste gráfico que a maioria dos respondentes (73%), de acordo com suas respostas, recomendaria o curso para os

amigos e familiares. Já 17% responderam que talvez, e 9%, responderam que não recomendariam o curso para seus amigos e familiares. Apenas 1% dos respondentes não se pronunciou sobre essa questão.

O Gráfico a seguir apresenta os resultados para a preferência dos respondentes por cursos de especialização.

Gráfico 12 – Preferência dos alunos por cursos de especialização



Fonte: Pesquisa direta.

Evidencia-se, neste gráfico, que os respondentes tem como preferência para uma especialização os seguintes cursos: Logística (20%), Gestão de Pessoas (19%), Finanças (17%). Auditoria e Marketing aparecem igualmente com 7% da preferência entre os respondentes, 6% responderam preferir Gestão de Projetos e 6% deixaram de responder a esta pergunta.

5 CONCLUSÕES

Os resultados obtidos através da aplicação do questionário com os egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense revelam, a partir da análise dos gráficos apresentados, informações claras e distintas sobre os objetivos desta pesquisa.

Considerando o objetivo geral da pesquisa que foi verificar a eficácia da formação universitária através da análise da inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense que se graduaram em 2014.1, e tomando por base os resultados obtidos, é possível responder que sim, a formação universitária foi eficaz para a inserção laboral dos egressos no estudo de caso apresentado. Esta conclusão inicial pode ser comprovada pelos argumentos expostos a seguir.

Inicialmente é importante ressaltar que:

1º O tempo mínimo necessário para a conclusão da graduação em Administração na Faculdade Cearense é de oito semestres ou quatro anos.

2º Segundo dados informados pela instituição pesquisada, há quatro anos, 120 estudantes distribuídos em duas turmas de 60 alunos cada, ingressavam - através de exame vestibular - no curso de Administração.

3º Em 2014.1, 86 estudantes concluíram sua graduação. Dentre os 86 graduados, 69 responderam ao questionário da pesquisa, equivalendo a 80% da amostra.

4º Desta amostra, 38% dos respondentes, que corresponde a 27 estudantes, informaram ter concluído o curso em quatro anos.

5º Considerando o número de 120 estudantes que iniciaram a graduação há quatro anos, constata-se que 21,85% concluíram o curso dentro do limite de tempo mínimo previsto.

Ademais, tomando por base os gráficos 1, 2 e 3, que revelam a situação profissional dos respondentes em relação a emprego antes, durante e após a conclusão do curso, pode-se concluir que:

1º O ingresso dos respondentes no curso de graduação em Administração possibilitou uma ampliação objetiva da inserção destes no mercado de trabalho, pois o percentual de empregados elevou-se de 87% para 96% durante a graduação.

2º Após a graduação o percentual de empregados caiu para 85%. Entretanto, o percentual de autônomos que era de 4% antes do curso elevou-se, após o curso, para 9%. Este indicador permite inferir que, possivelmente, um percentual de estudantes, após a graduação, tenha buscado desenvolver uma

carreira empreendedora como autônomo. .Como sugestão para os resultados apresentados nos gráficos acima, sobre a elevação do percentual de autônomos após o final do curso, indica-se que sejam investigadas as causas para este fenômeno.

3º O percentual de desempregados antes do curso era de 9%, durante o curso caiu para 1% e, após a conclusão do curso elevou-se novamente para 6%. Este indicador ratifica a tese de que o ingresso no curso de Administração possibilitou a ampliação de inserção dos respondentes no mercado de trabalho, pois a taxa de desempregados caiu de 9% (antes do curso) para 1% (durante o curso), atingindo 6%, após o curso.

4º É importante destacar que embora a taxa de desempregados tenha atingido o percentual de 6% após a conclusão do curso, esta não sofreu alteração significativa. Quanto aos estudantes desempregados, constata-se que após a conclusão do curso apenas metade dos que ficaram fora do mercado de trabalho tiveram como motivo a perda de emprego já que a outra metade ficou desempregada por ter optado apenas por estudar. Conclui-se, portanto, que a taxa dos que perderam realmente o emprego após a conclusão do curso foi de 3%.

Na análise da situação de respondentes empregados por gênero, identifica-se uma queda discreta no percentual de empregados tanto no gênero feminino que caiu de 60,8% para 57,9%, como no gênero masculino, que caiu de 28,9% para 26%. Este fenômeno deve-se, possivelmente, ao fato que já foi demonstrado anteriormente nos gráficos alusivos à situação profissional em relação ao emprego: parte migrou para o percentual de autônomos ou para o percentual de desempregados. Como sugestão de intervenção, indica-se que sejam investigadas as causas dessa queda do percentual de empregados por gênero após a conclusão do curso.

Em relação ao perfil dos egressos, evidencia-se inicialmente que a maioria dos respondentes concluiu o curso em quatro (38%) ou cinco (28%) anos, a média de idade dos respondentes é de 28,7 anos. Pode-se concluir também que, dentro da amostra pesquisada, o percentual de respondentes do gênero feminino (70%) é maior que os respondentes do gênero masculino (30%), mas os homens



são maioria (42,9%) em relação às mulheres (35,4%), dentre aqueles que concluíram o curso em quatro anos. Já as mulheres são maioria (33,4%) em relação aos homens (14,3 %), dentre aqueles que concluíram o curso em cinco anos.

Levando em conta o estado civil dos respondentes, o percentual de solteiros (64%) que concluíram o curso é superior à soma de todos os outros respondentes pertencentes aos demais estados civis (36%) identificados na pesquisa: casado, divorciado e outros.

Fica evidente também que o percentual de mulheres solteiras (70,6%) supera o percentual de mulheres casadas (29,4%) dentre aquelas que concluíram o curso dentro do limite de tempo previsto para a graduação que é de quatro anos. O mesmo fenômeno é percebido em relação ao estado civil do gênero masculino: 67% são solteiros e apenas 33% são casados.

Considerando o tempo de conclusão do curso de graduação em um período de cinco anos, tanto no gênero feminino como no gênero masculino, constata-se que as mulheres solteiras (62,5%), assim como os homens solteiros (67%), também são maioria em relação às mulheres (25%) e homens (33%) casados.

Observando-se o tempo de conclusão do curso de graduação em um período de seis anos, constata-se que, no gênero feminino, 33,3% são casadas, enquanto 66,7% são solteiras. Por outro lado, no gênero masculino, todos os que concluíram a graduação neste mesmo período de tempo são solteiros.

Se for considerado o tempo de conclusão do curso em sete anos verifica-se que, no gênero feminino, as mulheres casadas (62,5%) são maioria enquanto, no gênero masculino, os homens solteiros (75%) são maioria.

Constata-se que, nesta amostra, as mulheres casadas levaram mais tempo para concluir o curso que as solteiras. Já os homens solteiros concluíram o curso em mais tempo que os casados. As mulheres divorciadas concluíram o curso num intervalo de tempo compreendido entre cinco e nove anos. Portanto, as mulheres divorciadas levaram mais tempo que as solteiras e as casadas para concluir o curso. Na amostra não foi identificado nenhum respondente do gênero masculino como divorciado. Somente um homem solteiro concluiu o curso em dez

anos. Como sugestão de intervenção, indica-se que sejam investigadas as causas que levam as mulheres divorciadas a concluírem a graduação em uma quantidade de tempo superior às solteiras e divorciadas.

Sob o ponto de vista da variação média da renda dos respondentes conclui-se que a graduação em Administração contribuiu efetivamente para o aumento da renda tendo em vista que, de maneira geral, esta renda elevou-se em 65% no intervalo de tempo compreendido pelo período anterior até a conclusão do curso, e, em 71% no intervalo de tempo compreendido pelo período anterior ao curso até a situação atual. Considerando a evolução da renda sob o prisma do gênero também se percebe claramente a evolução da renda. No caso do gênero feminino, ao final do curso, a renda média já havia evoluído em 61% tendo avançado ainda mais se considerada a situação atual (65%). No caso do gênero masculino, ao final do curso, a renda média havia evoluído em 72% em relação ao início do curso, atingindo 83% até a situação atual. Conclui-se, portanto, que enquanto a renda média do gênero feminino – desde o final do curso até a situação atual – evoluiu em quatro pontos percentuais (de 61% para 65%), a renda média do gênero masculino dentro deste mesmo intervalo de tempo evoluiu em onze pontos percentuais (de 72% para 83%).

No que concerne à migração dos respondentes para os setores da economia antes, durante e após o curso conclui-se que houve uma distribuição discreta entre os respondentes que se deslocaram do setor de serviços para outros setores da economia. Quanto a isso, antes do curso havia uma concentração dos respondentes no setor de serviços (46%). Após o curso esse percentual caiu para 42%. Até o final da graduação percebe-se uma discreta distribuição desses respondentes entre os setores do comércio (23%), indústria (20%) e no governo (6%).

No que se refere às opiniões dos respondentes após a conclusão do curso, pode-se chegar às constatações abaixo descritas.

Conforme demonstrado no Gráfico 5, a maioria (74%) considera que o curso é valorizado pelos empregadores. Sugere-se que sejam investigadas as

causas que levaram 20% dos respondentes a afirmarem que o curso não é valorizado pelos empregadores.

São em maioria também (84%) aqueles que revelam existir uma relação entre o seu trabalho e a graduação em Administração (Gráfico 6). Sugere-se que sejam investigadas as causas que levaram 10% dos respondentes a afirmarem não existir relação entre o curso e o seu trabalho principal.

Acerca da motivação dos respondentes para fazer o curso de Administração, Gráfico 7, conclui-se que a maioria (78%) foi motivada por dois fatores básicos, a saber: a obtenção de conhecimentos para o exercício de uma ocupação remunerada (49%), ou seja, ingressar no mercado de trabalho; a melhoria da situação na ocupação que estava exercendo (29%), ou seja, ascensão funcional.

Dentre os respondentes, 6% buscaram trocar de emprego e 4% buscaram uma nova ocupação. É importante ressaltar a diferença entre trocar de emprego e buscar uma nova ocupação. Aqueles que buscaram a troca de emprego vislumbraram melhorias profissionais em outros empregos, após ingressarem no curso de Administração, permanecendo ou não na mesma ocupação. Já aqueles que buscaram uma nova ocupação demonstram insatisfação com a ocupação e com o emprego anterior ao ingresso no curso.

Com relação à satisfação das expectativas dos respondentes com o curso, de acordo com o Gráfico 8, o curso lhe deu condições para obter o que queria?, conclui-se que a maioria (67%) dos respondentes obteve êxito nas suas expectativas, pois 51% revelaram ter realizado muito do que queriam e 16% revelaram ter realizado totalmente o que pretendiam. Este percentual fica mais elevado ainda se forem considerados aqueles que informaram ter conseguido um pouco do que queriam (29%). Concluí-se, ainda, que um percentual mínimo (4%) demonstrou não ter conseguido nada do que queria após a graduação.

Sugere-se, como intervenção para este indicador, a busca das causas efetivas que levaram este percentual de 4% a não lograrem êxito nas suas pretensões como também investigar os motivos pelos quais 29% dos respondentes revelaram ter conseguido somente um pouco do que queriam.

Percebe-se um elevado nível de satisfação dos respondentes em relação à pergunta: de que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho? (Gráfico 9). Pois, mais que a metade (55%) respondeu que o curso está ajudando bastante. Ainda assim, sugere-se que sejam investigadas as causas para que 35% tenham respondido que o curso está ajudando regularmente, e para que 7% terem informado que o curso pouco está ajudando.

Sobre a avaliação que os respondentes fazem do curso (Gráfico 10) é possível concluir que 87% avaliam positivamente o curso já que 19% consideraram como excelente (19%) e 68% consideraram como bom. Entretanto, sugere-se que sejam investigadas as causas que levaram 10% dos respondentes a considerarem o curso como regular e 3% como fraco.

Relativamente à indicação do curso aos amigos e familiares dos respondentes (Gráfico 10), identifica-se mais um fator favorável ao curso e que demonstra o nível de satisfação dos respondentes, pois 73% responderam sim para esta questão. Mas, faz-se necessário investigar as causas para o fato de 17% terem respondido que talvez, e 9% que não indicariam o curso para os seus amigos e familiares.

A respeito das preferências dos respondentes por curso de especialização (Gráfico 12), percebe-se claramente o interesse por três cursos, a saber: Logística (20%), Gestão de Pessoas (19%) e Finanças (17%).

Após a conclusão desta pesquisa e mediante os dados apresentados, sugere-se que seja implantado, na Faculdade Cearense, um mecanismo mais efetivo e, sobretudo sistemático, para o acompanhamento dos seus egressos. Uma das ações iniciais para essa sistematização poderia ser a criação de uma Coordenação para Acompanhamento dos Egressos, não somente do curso de Administração como também dos demais cursos ofertados por esta instituição de ensino superior, como forma de fidelização da sua clientela.

REFERÊNCIAS

ARIBONI, Sandro; PERITO, Rose. **Guia prático para um projeto de pesquisa: exploratória – experimental – descritiva**. São Paulo: Unamarco, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.096/97, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../decreto/d6096.htm> Acesso em: 15 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras Providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 2 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61934.htm>. Acesso em: 8 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../lei/l10.861.htm>. Acesso em: 5 ago. 2012.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Pesquisa sobre população com diploma universitário deixa o Brasil em último lugar**. 21.04.2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/04/21.htm>>. Acesso em: 2 maio 2011.

FACULDADE CEARENSE. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. Fortaleza, 2009.

HONORATO, Gilson. **Conhecendo o marketing**. São Paulo: Manole, 2004.

LEITE, D. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiane; SILVA, Tatiane T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 89-106, 2006.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e outros índices. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 267-290, 2009.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **ENSAIO: Avaliação de políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006.

POLIDORI, Marlis Morosini; RETTL, Ana Maria de Mattos; MORAES, Mario Cesar Barreto; CASTRO, Maria Cristina Lima de. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 253-278, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 2 out. 2012.

ROTHEN, José C.; BARREYRO, Gladys Beatriz. Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Avaliação**, Campo Grande-MS, n. 30, p. 167-181, jul./dez. 2010.

